

# COLONIZAÇÃO E PENSAMENTO ILUSTRADO: DOMINGOS ALVARES BRANCO MUNIZ BARRETO E SEUS PRIMEIROS ESCRITOS<sup>1</sup>

FABRICIO LYRIO SANTOS

U. Federal do Recôncavo da Bahia, fabriciolirio@gmail.com.

## **Fragmentos de uma quase biografia**

Domingos Álvares Branco Muniz Barreto é um dos personagens mais fascinantes e enigmáticos com quem me deparei na documentação que tenho pesquisado desde algum tempo. Ele é autor do primeiro «Plano sobre a civilização dos índios» de que se tem notícia, além de dezenas de artigos, panfletos, memórias e livros dedicados aos mais diferentes assuntos, tais como mineralogia, botânica, economia, religião e política. Infelizmente, para além das dificuldades inerentes à reconstrução de qualquer biografia, particularmente em se tratando de alguém que viveu há mais de dois séculos, nosso personagem apresenta algumas especificidades. Em primeiro lugar, seu nome era parecido com o de seu pai e exatamente igual ao de um de seus filhos, o que gera alguns embaraços na documentação. Em segundo lugar, Barreto se movimentou com bastante frequência entre a Bahia, o Rio de Janeiro, Lisboa e o sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento). Para nossa sorte, no entanto, ele também participou de episódios importantes da história política e militar do período e apresentou diversos requerimentos e ofícios aos monarcas e autoridades reinóis em busca de cargos públicos, promoções na carreira militar e resolução de problemas pessoais e de família. Deste modo, a documentação existente sobre ele é rica, porém dispersa e fragmentada.

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer novamente a Francisco Topa, Joelma Siqueira e Solange Fiuza pelo convite para participar desta jornada, e a Pedro Tavares, Zulmira Santos e Evergton Souza por contribuírem, de diferentes maneiras, para a pesquisa que deu origem a este trabalho.

Desde já, é frequente na documentação a variação entre Alves e Álvares. Considerando que o nosso biografado costumava assinar o segundo nome com a forma abreviada «Alz.» (vide Fig. 1), entendemos que o mais correto seria grafarmos «Álvares». Tomando igualmente por base sua assinatura, preferimos «Muniz» em lugar de «Moniz» ou «Monis», ambas as formas igualmente presentes na documentação.

De acordo com a pesquisadora Maria Luísa Martins Delerue, autora da principal biografia até então existente de Domingos Barreto, ele teria nascido na Bahia, em 1748, e falecido no Rio de Janeiro, em 1831. Recebeu o mesmo nome do pai e seguiu igualmente a carreira das armas, tendo-a iniciado com a patente de capitão de infantaria, em 1790. Subiu vários degraus na hierarquia e alcançou significativa projeção. Pouco antes de falecer, reformou-se no alto posto de tenente coronel, «com honras de conselheiro de guerra, em consideração dos seus longos serviços» (DELERUE, 1998: 42). Sua mãe chamava-se d. Mariana da Glória Moniz Barreto e dera à luz outros três filhos e uma filha. Um deles chamava-se Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto, era licenciado em Direito e havia exercido o cargo de juiz de fora dos órfãos da Bahia. O outro se chamava Francisco Joaquim Alves Branco Moniz Barreto e era militar. Dos demais não encontrou notícias. Segundo documentos localizados pela autora na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, datados entre 1809 e 1810, Barreto possuía uma extensa família: além da esposa, d. Maria Bárbara S. Pier, tinha a seu cargo onze filhos e diversos escravos que, ao todo, somavam quarenta pessoas (DELERUE, 1988: 31).

Apesar da ampla pesquisa realizada pela autora, alguns aspectos da vida de Domingos Barreto continuam por se revelar, como ela própria nos faz questão de advertir (DELERUE, 1988: 5-6). Diligenciando no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), encontrei pistas que complementam o trabalho realizado por aquela pesquisadora. A começar, acerca de sua família. Ele e o pai não tinham exatamente o mesmo nome, haja vista o «Muniz Barreto» ter-lhe sido dado pela mãe. O pai chamava-se Domingos Álvares Branco. Serviu na tropa auxiliar da Bahia durante 28 anos, sendo provido de capitão de uma companhia do terço de auxiliares em 1755 (ANTT, *Chancelaria de D. José I*, livro 1.º, f. 119v.; livro 57, f. 112v.). Em 1776, ingressou na tropa regular com o posto de capitão do forte do Caramão, o qual ainda ocupava em 1791 (AHU, *Bahia, Castro e Almeida*, cx. 74, doc. 14.277). No ano anterior, foi-lhe recusada pela rainha d. Maria I a promoção para sargento-mor (AHU, *Bahia*, cx. 192, doc. 14063). De fato, Domingos não seguia exclusivamente a carreira militar. Era homem de negócios, um dos mais importantes da Bahia (AHU, *Bahia*, cx. 182, doc. 13.492). Nasceu em Portugal, no início do século XVIII, filho de Domingos Branco e de Ignez Alves. Professou na Ordem de Cristo em 1771, sendo atestada sua «qualidade, e limpeza de sangue» (ANTT, *Ordem, de Cristo, Papéis Diversos*, mç 8, letra D, n.º 39). Somava, então, cerca de 60 anos de idade, metade dos quais vividos na capital do Estado do Brasil, onde teria chegado, portanto, por volta de 1741. Faleceu no dia 15 de agosto de 1797 (AHU, *Bahia*, cx. 220, doc. 15392).

Em 1796, os filhos de Domingos Álvares, liderados pelo mais velho, encaminharam um requerimento à rainha solicitando a administração dos bens do casal. Por meio deste documento, ficamos a conhecer melhor a família. O 1.º suplicante, autor do requerimento, chamava-se José Álvares Branco Muniz Barreto. Era bacharel formado em Direito e vivia há muitos anos na corte como opositor aos lugares de letras, tendo sido anteriormente juiz de fora da vila de Palmela. Era casado e tinha sete filhos. O 2.º suplicante era o nosso Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, que se encontrava em Lisboa com ordem para regressar à Bahia e assumir o posto de sargento mor e comandante do presídio do Morro de São Paulo. O 3.º suplicante era Francisco Joaquim Álvares Branco Muniz Barreto, segundo tenente do regimento de artilharia de Goa. Era solteiro e se encontrava de licença do serviço, em Lisboa. O 4.º suplicante era Joaquim Anselmo Álvares Branco Muniz Barreto. Era solteiro e estudava Direito na Universidade de Coimbra. O 5.º suplicante era Ana Joaquina Couzie, irmã dos demais, casada com Antonio Estanisláo Couzie, escrivão e deputado da Junta da Real Fazenda da cidade da Bahia. O casal, sem filhos, encontrava-se no reino para se curar de enfermidades fazendo uso das águas das Caldas (AHU, *Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia*, cx. 182, doc. 13492).

Na ocasião deste requerimento, Domingos A. B. M. Barreto era viúvo de dona Francisca Veloso de Fontoura, que lhe havia deixado quatro filhos, a saber: Domingos Álvares Branco Muniz Barreto (mesmo nome do pai), José Álvares Branco Muniz Barreto (decerto uma homenagem ao irmão mais velho), Joaquim Álvares Branco Muniz Barreto e dona Maria Rita Veloso da Fontoura. O primeiro filho, Domingos, não pode ser o autor do «Plano sobre a civilização dos Índios», pois o referido autor, em ofício endereçado a Martinho de Melo e Castro, com data de 15 de novembro de 1791, revela possuir três irmãos, um na corte, seguindo os lugares de letras, outro em Coimbra, seguindo os estudos, e outro no serviço militar, na Ásia. Tratavam-se, respectivamente, de José, Joaquim Anselmo e Francisco Joaquim. Além disso, o pai e a mãe, já velhos, viviam em Salvador (AHU, *Bahia, Castro e Almeida*, cx. 75, doc. 14504).

A informação dada por Victorino Sacramento Blake que Domingos A. B. M. Barreto era «filho do capitão de igual nome do regimento de infantaria de Estremóz e pae de Jacintho Alves Branco Muniz Barreto» precisa ser corrigida (BLAKE, 1970a: 189; CRUZ, 1966/67). O pai, não o filho, era capitão de infantaria do regimento de Estremoz, e autor do «Plano sobre a civilização dos índios», entre outros trabalhos ali elencados. Quanto a Jacinto, informado como «filho do general Domingos Alves Branco Muniz Barreto, de quem occupei-me, e dona Maria Barbara de Saint-Pierre Muniz Barreto», terá sido fruto de um segundo casamento de nosso biografado, tendo em vista sua viuvez precoce, ou neto, filho de seu primogênito? A primeira hipótese me parece mais provável, levando-me a concluir que os 11 filhos que aparecem nos documentos consultados por Delerue seriam fruto de dois casamentos. Faltam-nos, de momento, maiores informações sobre esta extensa família (BLAKE, 1970b: 289; DELERUE, 1988).

Figura 1: Assinatura de Domingos A. B. M. Barreto



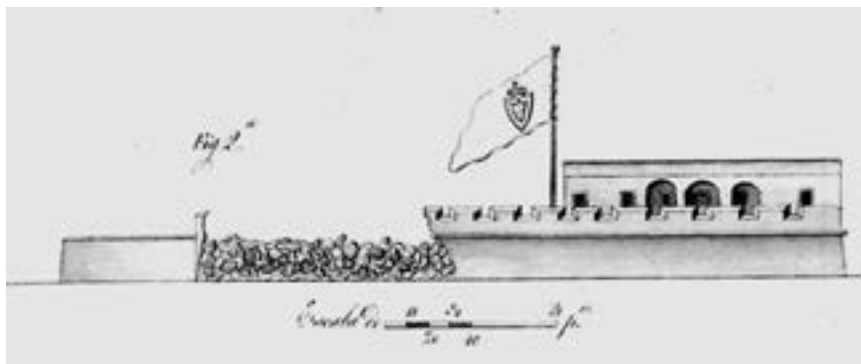
Apesar das muitas lacunas que ainda falta preencher, podemos seguramente afirmar que Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, autor do «Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil», era filho de Domingos Álvares Branco e de d. Mariana da Glória Muniz Barreto. Nasceu na Bahia, em data posterior a 1741. Seguiu carreira militar, tendo ocupado também empregos civis. Foi escriturário da contadoria geral da junta da administração e arrecadação da Fazenda Real (nomeado em 24 de julho de 1779) e escrivão interino da mesma junta nos anos de 1781 a 1783. Durante esse período, atuou na contabilidade dos bens confiscados aos jesuítas, que se prolongava desde 1759 (cf. SANTOS, 2002). Tentou, sem sucesso, obter o cargo de ajudante de ordens do governador do Rio de Janeiro e a propriedade vitalícia do ofício de intendente da Marinha e Armazéns Reais da Bahia, sendo mais bem sucedido na carreira militar (AHU, *Bahia, Castro e Almeida*, cx. 75, doc. 14.459; cx. 81, doc. 15.794).

Barreto fez parte da geração de intelectuais reformistas ilustrados que se formou e ganhou espaço durante os reinados de D. José (1750-1777) e D. Maria I (1777-1817) tanto em Portugal quanto no Brasil (NOVAIS, 2005; SILVA, 1999). A despeito deste perfil, no entanto, deixou poucas informações sobre sua formação. Em uma de suas cartas, afirma conhecer a conduta do desembargador José Pedro de Azevedo de Souza da Câmara, nomeado para juiz relator da partilha e posse da herança de seu pai, «desde a universidade de Coimbra» (AHU, *Bahia*, cx. 220, doc. 15392). Teria estudado por lá? É possível, mas pouco provável que tivesse concluído algum curso, pois não se identifica como «doutor» ou «bacharel» em nenhuma de suas petições e escritos. Consta não ter sido naturalista formado, embora se interessasse por botânica e mineralogia. Professou e se armou cavaleiro na Ordem de São Bento de Avis, em 1790, com tença anual de 12 mil réis (ANTT, *Chancelaria da Ordem de Avis, d. Maria I*, livro 8, ff. 176-177v.; livro 11, ff. 150-150v.; *Registro Geral de Mercês de d. Maria I*, livro 20, f. 42-v.). Infelizmente, seu processo de habilitação não nos traz nenhuma informação relevante, pois Barreto, enquanto militar, foi dispensado das inquirições (ANTT, *Habilitações da Ordem de Avis*, Letra D, mç 1, n.º 12). Teve atividade política destacada no Rio de Janeiro durante o processo de independência do Brasil, na década de 1820, vindo a falecer na mesma cidade no início da década seguinte (DELERUE, 1988; BARATA, 2006).

## O militar ilustrado

A carreira de Domingos A. B. M. Barreto como militar teve início no 1.º regimento da tropa auxiliar da Bahia, onde ocupou o posto de cadete. Depois, tornou-se alferes do regimento dos voluntários reais da capitania de São Paulo, tendo viajado até o Rio Grande de São Pedro e redigido, posteriormente, um pequeno tratado sobre agricultura, comércio e navegação. Ocupou, em seguida, o posto de tenente coronel de cavalaria auxiliar da Bahia. Ao ingressar na tropa regular, em 1790, foi rebaixado de posto, obtendo a patente de capitão de infantaria do regimento de Estremoz, localidade lusitana situada na região alentejana, vizinha à cidade de Évora, o qual se encontrava destacado na cidade do Rio de Janeiro (ANTT, *Chancelaria de d. Maria I*, livro 34, f. 365-v.). Em 1796, foi provido no posto de capitão de infantaria da companhia que guarnecia o presídio do Morro de São Paulo e comandante dele, com graduação e soldo de sargento mor (AHU, *Bahia, Castro e Almeida*, cx. 88, doc. 17214-17217). Na ocasião, encontrava-se em Lisboa, tratando, com seus irmãos, do requerimento em que pediam a administração dos bens paternos. Em 1808, tornou-se tenente-coronel de infantaria e, dois anos depois, coronel. Antes de sua morte, ocupava o elevado posto de marechal de campo ou tenente general do exército (AHU, *Bahia, Avulsos*, cx. 223, doc. 15.515; DELERUE, 1988: 14-15; BLAKE, 1970a: 189).

Figura 2: Forte e presídio do Morro de São Paulo



Para além de ter redigido um tratado sobre a civilização dos índios, Barreto atuou também como uma espécie de «agente civilizador» dos mesmos, visitando aldeias e vilas indígenas localizadas em Ilhéus e no litoral norte da Bahia. Em requerimento encaminhado posteriormente à Rainha, afirma ter pacificado e conduzido de volta para suas aldeias e vilas vários índios que se achavam «descontentes e hum grande numero dispersos das suas habitações, esquecidos muitos delles dos dogmas da religião, vivendo como brutos, à lei da natureza, differindo bem pouco dos barbaros gentios». Em 1791 deslocou-se até a comarca de Ilhéus, onde visitou as aldeias de São Fidelis e Nossa Senhora dos Pra-

zeres e a vila de Santarém, uma das antigas aldeias administradas pelos jesuítas antes da promulgação da legislação pombalina (cf. SANTOS, 2014). No ano seguinte, realizou uma segunda viagem, percorrendo o distrito da Bahia da parte do norte. Passou pela aldeia de Massarandupió e pela vila de Abrantes, também uma antiga aldeia jesuítica, reunindo e pacificando seus moradores (AHU, *Bahia, Castro e Almeida*, cx. 81, doc. 15794; SANTOS, 2014: 208-211).

## O escritor

Domingos A. B. M. Barreto escreveu muito e sobre diversos assuntos. Das obras atribuídas a ele por Sacramento Blake, tendo em vista os objetivos deste artigo e as informações biográficas que consegui reunir até o momento, gostaria de destacar as seguintes:

- *Requerimento feito à S. M. em nome dos índios domesticados da capitania da Bahia*, etc. – Vem em seguida a obra precedente, de pags. 91 a 98. Neste requerimento pedem os índios, não somente missionários de boa vida e novos directores, como também varias medidas tendentes ao culto religioso, á instrucção e civilização.
- *Observações relativas á agricultura, commercio e navegação no continente do Rio Grande de S. Pedro do Brazil*, dedicadas ao exmº e revmº sr. bispo titular do Algarve, etc. O manuscrito de 14 fls. in-fol. pertence ao Instituto Histórico.
- *Observações que mostram, não só o crime de rebellião que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas Geraes, mas a legitima posse que têm os senhores reis de Portugal àquellas conquistas*, etc. Lisboa, 16 de novembro de 1793. Cópia de 17 fls., idem.
- *Appendix que se promete na quinta demonstração do discurso formado sobre a premeditada conspiração de alguns réos, moradores na capitania de Minas, a qual mostra os abusos que se têm introduzido na administração da justiça e governo da capitania da Bahia*. Existe o manuscrito na Bibliotheca Nacional, de 52 fls.
- *Noticia da viagem e jornadas que fez entre os índios sublevados nas villas e aldeias das comarcas dos Ilhéos e Norte, na capitania da Bahia*. O original de 17 fls., de 1792, com cinco estampas coloridas, feitas á mão, pertence á Bibliotheca Nacional.
- *Discurso que foi repetido na presença do povo indiano da villa de Santarém, na capitania da Bahia, na missa que em louvor do Santíssimo Coração de Jesus foi celebrada pelo reverendo vigário*, etc. O original de 7 fls. pertence á Bibliotheca Nacional (BLAKE, 1970a: 189-192).

O requerimento é obviamente do mesmo autor do «Plano», sendo meramente um acréscimo. A memória relativa á agricultura, comércio e navegação do Rio Grande de São Pedro também tem a mesma autoria, o que se confirma pelo officio antes mencionado.

Naquele mesmo ofício, Barreto cita uma memória sobre a comarca de Ilhéus enviada para a Academia de Ciências de Lisboa. Esta, no entanto, não corresponde ao manuscrito «Notícia da viagem e jornadas», citado por Sacramento Blake, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A memória que aparece referida no ofício a Martinho de Melo e Castro é seguramente a que hoje se encontra na biblioteca da Academia, em um volume de manuscritos não publicados. Este manuscrito, que escapou ao autor do *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*, aparece também na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Pública Municipal do Porto com o título: «Relação que contem a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos desta Capitania da Bahia».

O «Discurso que foi repetido na presença do povo indiano da villa de Santarém, na capitania da Bahia, citado por Sacramento Blake, também pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seguramente é do mesmo autor da «Notícia da viagem e jornadas», pois se encaixa nos episódios narrados naquele manuscrito. O mesmo se pode dizer do manuscrito intitulado: «Oração que foi repetida por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, na presença do Povo Indiano da Aldêa de S. Fidelix, da Capitania da Bahia». Este, no entanto, localizado na Biblioteca Municipal do Porto, não consta na relação de Blake.

Nesta mesma biblioteca encontram-se também os seguintes manuscritos: «Observações que mostram, não só o crime de rebellião que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas Geraes, mas a legitima posse que têm os senhores reis de Portugal àquellas conquistas», e «Appendix que se promette na quinta demonstração do discurso formado sobre a premeditada conspiração de alguns réos, moradores na capitania de Minas, a qual mostra os abusos que se têm introduzido na administração da justiça e governo da capitania da Bahia». Da leitura de ambos constata-se serem do mesmo autor do «Plano sobre a civilização dos índios», o que se confirma também pelo trecho seguinte: «Sobre a repartição das terras entre os Índios, mostrarei no Plano, q. separadam.e offereço a este respeito, as grandes vantagens, q. poderaõ vir aos Povos de muitos ramos de commercio, somente por aquelles homens conhecido no centro das brenhas».

Ainda na biblioteca do Porto encontra-se o manuscrito intitulado: «Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia e governo do arsenal», assinado por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, capitão de infantaria do regimento de Estremoz, do qual também se guarda um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O mesmo não aparece na relação de Sacramento Blake.

Deste modo, podemos definir como sendo os primeiros escritos de Domingos A. B. M. Barreto os manuscritos listados abaixo, os quais foram redigidos em um curto intervalo de tempo, entre 1788 e 1793, no qual o autor procurou conquistar mercês, cargos públicos e postos militares. Seus títulos, resumidamente, são os seguintes:

- Plano sobre a Civilização dos índios do Brasil (1788);
- Requerimento feito em nome dos índios domesticados da capitania da Bahia (1788);

- Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do Rio Grande (1790)<sup>2</sup>;
- Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia e governo do arsenal (c. 1790);
- Viagem à parte da comarca dos Ilhéus na Capitania da Bahia (1791);
- Discurso que foi repetido na presença do povo indiano da vila de Santarém (c. 1791);
- Oração que foi repetida na presença do povo indiano da aldeia de São Fidélis (c. 1791);
- Notícia da viagem e jornadas (c. 1792);
- Observações que mostram o crime de rebelião dos habitantes de Minas Gerais (1793);
- Apêndice que se promete no discurso anterior (1793).

Barreto não logrou publicar em vida nenhum destes manuscritos, o que não significa que não tivessem tido importância. A circulação de manuscritos era uma prática comum no período e fazia parte da cultura dos «letrados» e «eruditos». O «Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil», por exemplo, possui exemplares manuscritos nas bibliotecas da Ajuda, Évora, Lisboa e Rio de Janeiro (SANTOS, 2014: 242-4). Em 1856, seria finalmente publicado nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob os cuidados do famoso escritor e intelectual brasileiro Gonçalves Dias (BARRETO, 1856: 33-91). Anteriormente, no dia 22 de fevereiro de 1840, na 33.<sup>a</sup> sessão do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa fez a leitura de uma lista de manuscritos «que haviam pertencido ao finado tenente general Domingos Alves Branco Moniz Barreto», propondo que se nomeasse uma comissão para examiná-los e indagar de seu preço, visto se acharem à venda. A proposta entrou em discussão e foi aprovada, sendo nomeada uma comissão *ad hoc* composta pelo próprio Cunha Barbosa e o desembargador Pontes (IHGB, 1916: 151). É provável que tenha surgido daí a compra do manuscrito que serviria de base para a publicação do «Plano» na década seguinte<sup>3</sup>.

Permanece, de certo modo, um mistério, o fato de Domingos Barreto ter redigido o seu «*Plano sobre a civilização dos índios do Brasil*» antes de ter empreendido suas viagens e tomado conhecimento prático da realidade. Sua versão mais antiga foi redigida em 1788,

<sup>2</sup> Delerue (1988: 98), seguindo a datação proposta pela Biblioteca Nacional de Portugal, situa este manuscrito no ano de 1778. O autor, no entanto, identifica-se como cavaleiro professo da Ordem de Avis e capitão de infantaria do regimento de Estremoz, títulos que só alcançaria em 1790. No exemplar existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ele se identifica como Tenente Coronel, patente que ocupara na tropa auxiliar da Bahia. A dedicatória que consta neste manuscrito, porém, permite-nos datá-lo do mesmo ano de 1790.

<sup>3</sup> Gonçalves Dias afirma que a publicação teve por base duas cópias manuscritas do «Plano»: uma pertencente à Biblioteca Pública da Corte (leia-se Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), e outra pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 2011, tentei, sem sucesso, localizar o manuscrito pertencente ao IHGB.



sendo o primeiro tratado sobre a civilização dos índios de que se tem notícia<sup>4</sup>. As motivações de Barreto para escrevê-lo estão ligadas à busca por se afirmar como intelectual ilustrado, visando alcançar honras e mercês, à semelhança dos naturalistas e demais escritores do período. Seu método de civilização dos índios, no entanto, não diferia muito do já presente no «Diretório dos Índios do Maranhão», de 1757. A grande novidade de seu Plano reside no fato de o mesmo não ter emanado do poder régio, responsável pelas políticas coloniais e indigenistas, tendo sido redigido e proposto por um simples colono, imbuído de ideais ilustrados e convencido de que as «Luzes» – tanto do cristianismo quanto da civilização – deveriam chegar a todos os povos, incluindo os índios da América. Se estes não as quisessem aceitar, no entanto, afirma Barreto: «de uma vez se deve decidir com eles», ou seja, deveriam dar lugar à marcha do progresso e ao aproveitamento econômico de suas terras.

Figura 3: Frontispícios de duas das primeiras obras manuscritas de Domingos Barreto



## Considerações finais

Em fins do século XVIII, colonização e pensamento ilustrado constituíam conceitos em nada contraditórios. Apesar de falarem em «emancipação» e «igualdade», muitos

<sup>4</sup> O mais famoso tratado sobre o assunto talvez seja o «Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil», de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo muito posterior às primeiras versões manuscritas do «Plano» de Domingos Barreto.

pensadores iluministas acreditavam também em autoridade e governo esclarecido. Nesta perspectiva, a civilização se colocava para os indígenas da América como uma escolha obrigatória, uma escala incontornável na trajetória evolutiva dos povos. Contraditoriamente, embora procurasse tornar o indígena mais humano, a civilização terminava por lhe negar aquilo que verdadeiramente o humanizava: sua cultura.

Participando intensamente deste movimento por meio de seus escritos e suas viagens às vilas e povoações indígenas da Bahia, Domingos A. B. M. Barreto terá sido, nas palavras de Maria Luísa Delerue, «um dos homens mais lúcidos e interventores na vida pública brasileira dos finais do século das Luzes» (DELERUE, 1988: 183). De fato, um grande escritor, pensador e ativista. Galgou os degraus da sociedade da época inserindo-se na lógica do Antigo Regime, mas foi também um crítico daquilo que via como atraso ou desacerto. Deixou uma obra que merece ser revista, publicada e estudada com maior aprofundamento, a fim de desvendarmos os muitos autores e personagens que sua escrita esconde e revela.

## Referências

- ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de (2010) – *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. Lisboa: Colibri.
- BARATA, Alexandre Mansur (2006) – *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo: Annablume.
- BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz (1856) – *Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia, com uma breve notícia da missão que entre os mesmos Índios foi feita pelos proscriptos jesuítas*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». XIX, 21, p. 33-91.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento (1970a) – *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 2. Brasil: Conselho Federal de Cultura.
- \_\_\_\_ (1970b) – *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 3. Brasil: Conselho Federal de Cultura.
- CRUZ, Antônio (1966/67) – *A fortificação da Baía num estudo de Domingos Moniz Barreto*. «Studium Generale». Porto. Vol. 11, p. 77-90.
- DELERUE, Maria Luísa (1998) – *Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831: entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. Porto: Universidade Portucalense.
- FARIAS, Poliana Cordeiro de (2010) – *Domingos Alves Branco Muniz Barreto: Ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)*. Dissertação de Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Salvador: UFBA; Feira de Santana: UEFS.
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916) – *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo Segundo (1840). 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- JABOATÃO, Antônio de S. Maria, Fr. (1889) - *Os Munizes Barretos na Bahia*. In *Catalogo Genealogico das Principaes Familias que procederam de Albuquerque, e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus, na Bahia*. «Rev. do Inst. Hist, e Geog. Bras.». Tomo 52, 1.<sup>a</sup> parte, p. 144-146.
- PEREIRA, Rodrigo Osório (2009) – *A ciência na colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808)*. Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana: UEFS.
- SALGADO, Graça, coord. (1985) – *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- SANTOS, Fabricio Lyrio (2002) – «*Te Deum laudamus*»: *A expulsão dos jesuitas da Bahia (1758-1763)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Salvador: UFBA.
- \_\_\_\_ (2014). *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1999) – *A cultura luso-brasileira: Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa.